

A NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA EM FASE DE EXPERIMENTAÇÃO

Silvia Ninita de Moura Estevão

Arquivo Nacional

A proposta de uma Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, versão 1, foi colocada oficialmente em discussão na página do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ entre dezembro de 2005 e maio de 2006 com o objetivo de recolher sugestões e críticas para uma versão final, a ser posteriormente publicada.¹

Elaborada entre 2004 e 2005, a sua formulação é uma decorrência natural das expectativas em torno da aplicação da ISAD(G) – Norma Internacional de Descrição Arquivística², como instrumento para estimular um amplo programa de trabalho no Brasil, e prova da tendência da arquivologia de se engajar em projetos internacionais de normalização.

Ao mesmo tempo em que esteve disponível pela internet, a NOBRADE foi divulgada também por meios mais tradicionais, aproveitando-se diversos eventos da área e promovendo-se oficinas em diversos pontos do território nacional com este objetivo específico.

Integrantes da Câmara Técnica de Descrição Arquivística-CTNDA³ conduziram oito oficinas e um seminário, em diferentes cidades, sete programadas pela Câmara, sendo a oitava oficina e o seminário realizados por iniciativa de duas universidades.

¹ Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). *NOBRADE 1*: Norma brasileira de descrição arquivística, versão preliminar para discussão. Rio de Janeiro: 2006. 82 p. A versão esteve disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br>

² CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G)*: Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, 49)

³ A Câmara Técnica de Descrição Arquivística integra o CONARQ, é presidida por Vitor Manoel Marques da Fonseca (Arquivo Nacional) e tem atualmente como membros plenos Beatriz Moreira Monteiro (Arquivo Nacional), Carmen Tereza Coelho Moreno (Fundação Biblioteca Nacional), Célia Maria Leite Costa (Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas), Cristina Ruth dos Santos (Arquivo Nacional), Cynthia Roncaglio, Georgete Medleg Rodrigues (Universidade de Brasília), Maria Izabel de Oliveira (Arquivo Nacional), Nilda Sampaio Barbosa Sobrosa, Paulo Roberto Elian dos Santos (Casa de Oswaldo Cruz /Fundação Instituto Oswaldo Cruz), Silvia Ninita de Moura Estevão (Arquivo Nacional) e Viviane Tessitore (Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

Esses eventos representaram oportunidades únicas não só para esclarecimentos e coleta de dúvidas e sugestões para aperfeiçoamento da proposta, como também para se avaliar, ainda que subjetivamente, o grau de conhecimento sobre os trabalhos da própria da Câmara.

No todo, contabilizaram-se cerca de 765 participantes das oficinas e seminário, assim distribuídos:

Eventos NOBRADE 2005 (dez.) – 2006 (abr.)

cidade	mês	instrutor	promotores (além do CONARQ)	participantes n° aprox.
Belém	abr. 2006	Vitor Fonseca	Arquivo Público do Estado do Pará	40
Brasília	mar. 2006	Georgete M. Rodrigues	Arquivo Público do Distrito Federal	110
Florianópolis	abr. 2006	Cynthia Roncaglio	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	60
Londrina (a convite)	abr. 2006	Vitor Fonseca	Universidade Estadual de Londrina. Centro de Documentação e Pesquisa Histórica	70
Recife	abr. 2006	Célia Costa	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano	168
Rio de Janeiro	mar. 2006	Vitor Fonseca	Arquivo Nacional	110
Santa Maria (a convite)	dez. 2005	Vitor Fonseca	Universidade de Santa Maria. Curso de Arquivologia	45
São Paulo	abr. 2006	Viviane Tessitore	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/CEDIC	162
Total				765

A NOBRADE em sua versão preliminar

A versão 1 da NOBRADE, posta em discussão em meados do 2º semestre de 2005, foi redigida seguindo a estrutura original da ISAD(G), em conformidade com a tradução brasileira publicada em 2001.

Para facilitar a compreensão do que se propunha e criar condições para ponderação da proposta, os elementos de descrição foram estruturados contendo objetivo(s) e regra(s), assim como na ISAD(G), seguidos de comentários e procedimentos. Subelementos de descrição, eventualmente criados, receberam uma explanação.

Isso tudo resultou numa proposta de norma abrangendo oito áreas de informação, uma a mais que a ISAD(G), num total de 28 elementos de descrição, dois a mais que a ISAD(G), distribuídos da seguinte maneira:

NOBRADE: áreas e elementos de descrição

áreas	objetivo	elementos de descrição
Identificação	identificar a unidade de descrição	5
Contextualização	informar sobre a proveniência e a custódia da unidade de descrição	4
Conteúdo e estrutura	informar sobre o assunto e a organização da unidade de descrição	4
Condições de acesso e uso	informar sobre o acesso à unidade de descrição	5
Fontes relacionadas	informar sobre outras fontes importantes relacionadas à unidade de descrição	4
Notas	informar sobre o estado de conservação e outros dados não inseridos nas áreas anteriores	2
Controle da descrição	informar sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada	3
Pontos de acesso e descrição de assuntos	servir de meio para sistematizar os termos selecionados para indexação da unidade de descrição	1
total de elementos de descrição		28

Dos 28 elementos de descrição previstos na NOBRADE, seis foram propostos como obrigatórios em todos os níveis de descrição e um sétimo nos níveis de descrição de acervo da entidade custodiadora e de fundo e coleção, quais sejam:

Elementos obrigatórios fixados pela NOBRADE 2006

elementos	níveis de descrição	obrigatórios em
código de referência	0 a 5	ISAD(G) e NOBRADE
título	0 a 5	ISAD(G) e NOBRADE
data(s)	0 a 5	ISAD(G) e NOBRADE
nível de descrição	0 a 5	ISAD(G) e NOBRADE
dimensão e suporte	0 a 5	ISAD(G) e NOBRADE
nome(s) do(s) produtor(es)	0 a 5	ISAD(G) e NOBRADE
condições de acesso	0 e 1	NOBRADE

Principais preocupações (críticas, sugestões e dúvidas)

O período de recebimento de críticas não resultou em número quantitativamente significativo de ponderações. Qualitativamente, contudo, foram de grande valia para se perceber enunciados ambíguos ou truncados e a necessidade de corrigi-los.⁴

Para uma síntese das sugestões e dúvidas encaminhadas, tecemos aqui rápidas considerações, esquematizadas de seguinte maneira:

De caráter geral : cadastro das entidades custodiadoras; normalização entrada de nomes; diretrizes para indexação; intercâmbio de dados; questões terminológicas;

De caráter específico: código de referência; níveis de descrição: números atribuídos aos níveis; descrição nível zero; hierarquia da descrição (dossiê e item documental); indicação de data; dimensões e suporte; registro de autoridade arquivística; diferenças entre os exemplos.

⁴ Pelos comentários recebidos, a CTNDA agradece especialmente a: Tatiana Dantas Marchette, do Arquivo Público do Estado do Paraná; Candelária Gomes M. de Campos, do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso; Vânia R. P. de Miranda, do Arquivo Edgard Leuenroth; Cássia Denise Gonçalves, Cristiano Diniz, Eliana Regina Camargo Corrêa, Ema Elisabete R. Camillo, Flávia Carneiro Leão, Lígia Ap. Belém, Maria Valéria Barbosa e Patrícia Cano Saad, arquivistas do Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio-CEDAE/UNICAMP, Centro de Memória da UNICAMP; Yara Amaral Engelke, da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Governo do Distrito Federal – SGA/GDF; Cacilda Maesima, José Miguel Arias Neto, Daniela Debértolis, Marco Antônio Soares Neves, do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.

Breve Apreciação

As sugestões, críticas ou dúvidas de caráter geral indicam haver quem partilhe da mesma opinião dos integrantes da CTNDA, segundo a qual, uma vez formulada uma proposta satisfatória de normalização, outras deverão se suceder, buscando-se soluções comuns para procedimentos específicos. Mas, para isso, é importante que entremos na fase da experimentação, de modo a facilitar a tomada de consciência do que de fato se constitui num objeto que necessariamente deve ser normalizado e usado por todos de modo semelhante, assegurando, ao mesmo tempo, espaços de criatividade e de estilos diferentes para abordagem de fundos e coleções, seja de maneira geral ou específica.

As considerações de caráter específico encaminhadas revelaram dúvidas ou incertezas quanto ao uso de determinados elementos e discordâncias que se reportam ao campo da terminologia arquivística.

Código de referência

Com relação ao código de referência, o limite de 11 caracteres, por exemplo, proposto na NOBRADE para as entidades custodiadoras, elemento que entra na composição do mesmo em seguida à sigla do país, foi fixado tendo por referencial a *ISO 15511-International Standard Identifier for Libraries and related organizations*.⁵ Soma-se a isso o fato de que, desde as primeiras minutas da NOBRADE, já se fazia uma avaliação de que não será possível preservar as siglas e abreviaturas usadas como marca por várias instituições.

O encaminhamento pretendido pela CTNDA é propor que o cadastramento das entidades custodiadoras seja viabilizado pelo CONARQ num sistema *online* de codificação automática, isenta de paixões.

Níveis de descrição

Com relação aos níveis de descrição, a NOBRADE sugere o uso opcional de números (nível de descrição zero, 1, 2, 3, 4 e 5) para se referir aos termos fundo/coleção, seção, série, dossiê/processo e item documental, por exemplo. Isso se deve, por um lado, ao fato de não se dispor, ainda, no Brasil, de uma terminologia arquivística tão comum a todos e,

⁵ INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION. *ISO 15511-International Standard Identifier for Libraries and related organizations*. Geneva, 2003.

por outro, à praticidade de tornar menos ambígua a comunicação com segmentos profissionais e usuários com diferentes perfis que demonstram maior facilidade para compreender a metodologia da descrição multinível, quando explicada em números.

De qualquer forma, não se trata de uma idéia original. Outros países, como a Inglaterra por exemplo, já adotavam essa sistemática antes de 1992, data da primeira versão da declaração de princípios quanto à descrição de arquivos (*Statement of principles regarding archival description*), emitida pelo Conselho Internacional de Arquivos-CIA.⁶ O referido documento é tido como o ponto de partida para elaboração da primeira ISAD(G).⁷

O nível de descrição zero, que corresponde à descrição geral do acervo de uma entidade custodiadora, também não é uma idéia original. A proposta igualmente se apóia em práticas internacionais - França, Inglaterra e Estados Unidos, por exemplo, produzem instrumentos de pesquisa que correspondem a esse nível, denominados ou classificados como diretórios ou guias [gerais].⁸

Comentários sobre a relação entre dossiê/processo e item documental indicam uma certa resistência em entender o item documental como parte integrante de um dossiê ou processo, tanto quanto perceber um dossiê composto de apenas um item. Esse conceito sempre foi aplicado na organização dos arquivos, inclusive internacionalmente, na maior parte das vezes sem ser explicitado. As novidades são o fato do item documental ser declarado nível de descrição, novidade essa que não é própria da NOBRADE, mas sim da ISAD(G), e que um documento isolado pode ser descrito como nível 4, i.é, nível de descrição dossiê/processo, conclusão lógica da afirmação anterior assumida pela NOBRADE. Além disso, vale lembrar que os itens, em vários instrumentos nacionais e estrangeiros, sempre

⁶ INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES. *Statement of principles regarding archival description*. 1. ver. rev. Ottawa: The Secretariat of the ICA Commission on Descriptive Standards. 12 p.

⁷ INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES. *ISAD(G): General International Standard of Archival Description*. Ottawa: Secretariat of the ICA Ad Hoc Commission on Descriptive Standards.

⁸ NATIONAL HISTORICAL PUBLICATIONS AND RECORDS COMMISSION (ESTADOS UNIDOS). *Directory of archives and manuscript repositories in the United States*. Phoenix, New York: Oryx Press, 1978; NATIONAL HISTORICAL PUBLICATIONS RECORDS COMMISSION (ESTADOS UNIDOS). *Directory of archives and manuscripts repositories in the United States*. Phoenix; New York: Oryx Press, 1988; THE ROYAL COMMISSION ON HISTORICAL MANUSCRIPTS. *Records repositories in Great Britain: a geographical directory*. London: London Her Majesty's Stationery Office, 1982; HARTMANN, Peter Claus. *Archives bibliothèques et centres de documentation à Paris pour l'histoire des XIX et XX siècles: guide pratique pour historiens, politologues et journalistes*. Paris, Nova York: K. G. Saur; Verlag Dokumentation Saur KG, 1978; CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES. *Directory of Archives*. Disponível em: <http://www.cdncouncilarchives.ca/f-directory.html> Acesso em: 29 jun. 2006.

foram objeto de descrição, compondo inventários analíticos ou repertórios numéricos detalhados.⁹

Indicação de datas

No elemento de descrição Data(s), na NOBRADE, são explicitados e comentados cinco tipos de data, um na categoria Data tópica (1.3.1) e os demais na categoria Data crônica (1.3.2).

O subelemento Data tópica é uma novidade em relação à ISAD(G) porque, na NOBRADE, procura-se enumerar, simultaneamente, elementos e subelementos de descrição de natureza prática, que podem ser necessários em níveis mais gerais de descrição (nível de descrição 1- fundo/coleção, nível de descrição 2 – seção, nível de descrição 3 -subseção) e em níveis mais específicos (nível de descrição 4 – dossiê/processo, nível de descrição 5 – item). Uma vez traçado esse plano, o registro do local de produção passa a ser uma decorrência natural do processo de descrição em nível 4 e 5. Sua inserção neste elemento de descrição seguiu a lógica da finalidade de cada área e obedeceu àquela de ordenação dos elementos conforme consta na ISAD(G).

Se não houve comentário ou crítica alguma a respeito do elemento Data(s) no que diz respeito à data tópica, aqueles referentes às datas crônicas revelaram preocupação em relação a convenções e sinais para exibição das mesmas, tendo-se chamado atenção para o fato dos exemplos fornecidos não seguirem um mesmo padrão.

De fato, não foi preocupação da NOBRADE, naquele momento, normalizar em detalhe o formato de exibição das datas oferecido por diferentes entidades custodiadores, tendo-se limitado a uma breve referência à ISO 8601.

Dimensões e suporte

A proposta contida na NOBRADE de como abordar e correlacionar as informações sobre dimensões das unidades de descrição e seu suporte basearam-se especialmente em experiências, com resultados satisfatórios, de aplicação da ISAD(G) neste campo,

⁹ Analíticos ou detalhados não só pela quantidade ou extensão dos elementos de informação, mas, também, pela descrição específica da cada documento.

simultaneamente em todos os níveis. Daí a sugestão de se trabalhar com as categorias gênero documental e espécies ou tipos documentais.

Devem ser feitas, contudo, duas ressalvas. A primeira diz respeito ao quadro constante na versão 1 da NOBRADE que correlaciona gênero ao nível de descrição e à unidade de medida: consideradas as dificuldades terminológicas, após a revisão a que se procedeu em junho de 2006, optou-se por apresentar, na versão final da NOBRADE, o referido quadro da seguinte forma:

NOBRADE: gêneros documentais, níveis de descrição e unidades de medida

Gênero	Nível de descrição/unidade de medida					
	0	1	2	3	4	5
Bibliográfico	itens ou metros	itens ou metros	itens ou metros	itens ou metros	folhas ou páginas	folhas ou páginas
Cartográfico	itens	Itens	itens	itens	itens e folhas ou páginas	folhas ou páginas
Eletrônico	itens	Itens	itens	itens	itens	itens
Filmográfico	itens	Itens	itens	itens	itens	itens
Iconográfico	itens	Itens	itens	itens	itens	itens
Micrográfico	itens	Itens	itens	itens	itens	itens
Sonoro	itens	Itens	itens	itens	itens	itens
Textual	metros	metros	metros	metros	itens e folhas ou páginas	itens e folhas ou páginas
Tridimensional	itens	Itens	itens	itens	itens	itens

Dentro de cada gênero, buscou-se uma unidade de medida mais ou menos constante. O item, por exemplo, é uma unidade de medida relativa, porque a cada gênero ele será identificado de uma determinada maneira, conforme a espécie ou o tipo de material e o respectivo nível de descrição: um folheto, um artigo, um mapa, uma planta, um filme, uma foto, um disco...

Recomenda-se, também, em determinados níveis de descrição, trabalhar com dimensões associadas à unidade de medida mais constante, como no caso de documentos textuais em nível 4: contabilizados os itens em nível 4, sugere-se traçar uma correspondência com o número de folhas ou páginas. Se a descrição atingir o nível 5, ter-se-á um item descrito com um número correspondente de folhas ou páginas.

A NOBRADE usa também a expressão dimensões específicas. O que se quer dizer, em outras palavras, é que pode ser conveniente recorrer a outras unidades de medida e a

valores combinados para se informar algo próprio da unidade de descrição, atendendo a múltiplos interesses. Altura e largura, por exemplo, em níveis de descrição 4 e 5 para determinados tipos de documento, permitem maior controle do uso, bem como políticas de reprodução e restauração a curto, médio e longo prazo.

O modelo de abordagem sugerido neste elemento permite também informar sobre a constituição material do suporte, formato, velocidade, cor, duração etc, agregando-se informações relevantes para determinados gêneros e materiais.

Produtor, colecionador e autoridade arquivística

Os exemplos fornecidos pela NOBRADE - versão 1 para nomes dos produtores suscitaram comentários quanto à normalização das entradas de nomes, especialmente os de pessoas. A preocupação tem fundamento, menos pelo fato dos nomes se apresentarem na forma direta ou indireta, acompanhados das datas de nascimento e morte sem parênteses ou com parênteses, mas, muito mais por darem entrada pelo nome completo ou abreviado. Afinal, se o elemento de descrição nome(s) do(s) produtor(es) constitui, de fato, um elemento estratégico para reconstituição de proveniências diversas e para intercâmbio de informações, urgem procedimentos comuns para que isso seja viabilizado. E os exemplos são boas demonstrações disso.

A despeito de algumas normas vigentes serem utilizadas como referencial, muitas vezes elas norteiam, mas não dirimem integralmente as dúvidas quanto a esta ou aquela forma de entrada, indicando a necessidade de se estabelecer meios permanentes de consulta e cooperação.

Considerações finais

Um dos aspectos a se levar em consideração é que a NOBRADE, assim como outras normas que hão de vir, é uma obra aberta, sujeita a alterações decorrentes do seu uso, devendo sua linguagem ser atualizada periodicamente e aprimorada nos seus procedimentos, especialmente a partir do momento que começar a interagir com outras diretrizes e normas.

Uma vez que a NOBRADE propõe uma base comum de trabalho no campo da descrição dos arquivos, é gratificante perceber a preocupação da comunidade técnica com a matéria..

Assim, cabe, a quem interessar, procurar contribuir para o seu avanço, na medida das suas possibilidades. Os profissionais ou interessados, além de discutirem em seus ambientes de trabalho, devem procurar estabelecer canais diretos com a Câmara para encaminhamento contínuo de sugestões, de modo a fazer com que a Norma, em edições subseqüentes contemple questões variadas, específicas e com maior profundidade que não tenham sido contempladas anteriormente.

No que compete à CTNDA, algumas providências ou encaminhamentos estão sendo dados, tendo em vista dar conseqüência a propostas específicas, após a publicação da NOBRADE. Um dos exemplos disso é a proposta de cadastramento das entidades custodiadoras pelo CONARQ. Outras ações vem sendo planejadas, dedicadas ao registro da autoridade arquivística e ao estudo das entradas de nomes.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2006